



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

No encerramento da discussão, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 13/VI — Grandes Opções do Plano para 1992 e 14/VI — Orçamento do Estado para 1992, que foram aprovadas, proferiram intervenções, além do Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva), os Srs. Deputados André Martins (Os Verdes), Nogueira de Brito (CDS), Carlos Carvalhas (PCP), Jaime Gama (PS) e Duarte Lima (PSD).

Foi ainda aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.º 15/VI — Autoriza o Governo a legislar em matéria fiscal no sentido de isentar de imposto municipal de sisa e de imposto do selo algumas pro-

vidências adoptadas no processo especial de recuperação de empresas regulado pelo Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de Julho.

Os requerimentos de avocação pelo Plenário da votação na especialidade dos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro (ratificações n.ºs 1/VI e 4/VI), e dos n.ºs 2 e 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro (ratificações n.ºs 2/VI e 6/VI), foram aprovados, assim como, na especialidade, as respectivas propostas de substituição e de eliminação, e, em votação final global, as alterações aos decretos-leis referenciados e ao n.º 413/91, de 19 de Outubro.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Sousa e Silva.
Adérito Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Bissaia Barreto.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitião.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Motta Veiga.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando dos Santos Antunes.
Fernando Gomes Pereira.
José Fernando da Costa.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco Bernardino Silva.
Guido Orlando Rodrigues.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.

João Alberto Granja Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maças.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Ângelo Correia.
José António Peixoto Lima.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leal Ferreira Piedade.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Leonardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Costa Andrade.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Helena Ramos Mourão.
Maria Leonor Belciza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida de Sousa.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário Belo Maciel.
Mário de Oliveira Santos.
Melchior Pereira Moreira.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Pedro Manuel Passos Coelho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Carlos Alvarez Carp.
 Rui Chancerelle de Machete.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
 Simão José Ricon Peres.
 Vasco Francisco Miguel.
 Virgílio de Carneiro.
 Vítor Manuel Igreja Raposo.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manuel Avelino.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Correia de Campos.
 António Crisóstomo Teixeira.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingues Azevedo.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Costa Candal.
 Carlos Manuel Luís.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Apolinário Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Ernesto dos Reis.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Martins Goulart.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.

Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Lopes.
 António Gaião Rodrigues.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Viana de Sá.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Casimiro da Silva Tavares.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Luís Emídio Mateus Fazenda.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, será uma interpelação breve, mas que julgo oportuna e importante.

Pretendo interpelar a Mesa acerca da forma como a RTP tem feito a cobertura do debate orçamental a que temos

estado a proceder. Neste momento não vou pôr em causa, pois não é essa a questão, a discriminação negativa a que foi sujeito o Grupo Parlamentar do PCP — os outros grupos parlamentares falarão por si — no debate, porque o que me parece importante...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe para se dirigir à Mesa e não à Radiotevisão Portuguesa.

O Orador: — Sr. Presidente, a interpelação tem a ver com a RTP e estou a explicar a razão que a suscitou: o tipo de cobertura, começando pela introdução das notícias, dada, especialmente à sessão de ontem, sobre o que se teria passado na Assembleia da República durante o debate orçamental, com expressões que pretendiam dizer que nada de útil aqui se passou. Aliás, referiram expressamente que nada de útil, nada de importante, nada de interessante se passou, apesar de terem estado reunidos nesta Assembleia da República 230 Deputados e uma dúzia ou mais de Membros do Governo, incluindo o Sr. Primeiro-Ministro. Isto é, durante um dia estivemos reunidos sem fazermos nada de útil para o País.

Este comportamento é inadmissível porque atinge a própria dignidade das instituições, não apenas a Assembleia da República mas o próprio Governo. Nesse sentido, colocamos a V. Ex.^a a questão de, na próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, se analisar a problemática da cobertura ou da política desinformativa que a RTP está a utilizar em relação à Assembleia da República.

Aplausos do PCP, do PS, do Deputado do PSD Pacheco Pereira e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, muito obrigado pela sua interpelação, da qual tomamos nota.

Srs. Deputados, vamos dar início à nossa ordem de trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta fase do campeonato, praticamente no final da primeira volta, passou já o tempo das grandes surpresas, se é que à partida ainda havia alguém que acalentava esperanças. Não nos estamos a referir, como é óbvio, a nenhuma competição desportiva, porque se de tal se tratasse poderíamos acreditar que mesmo no último jogo da jornada o resultado final poderia alterar-se mediante a prestação das várias equipas em presença ao longo do campeonato.

Mas, de facto, sendo o debate das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1992 um dos confrontos mais importantes, não desportivos mas políticos, da temporada parlamentar e chegado ao fim o primeiro embate entre os vários protagonistas, ficou já claro, não só o seu posicionamento relativamente ao que está em jogo, mas também que nada de substancial vai ser alterado.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta nota introdutória da nossa intervenção de encerramento do debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1992 expressámos muito sucintamente quais são as nossas expectativas, tendo em conta a forma como até agora

decorreu o debate e, sobretudo, atendendo à postura com que o Governo, através do seu porta-voz das Finanças, se apresentou no Parlamento.

Estávamos convencidos que, em Portugal, depois do 25 de Abril, já não havia professores que se socorressem da expressão «pedagogia» para insultar seja quem for, muito menos representantes eleitos no segundo órgão mais importante de soberania do País. Por isso mesmo, ficámos convictos de que só a falta de argumentação plausível para justificar o não cumprimento da promessa eleitoral do PSD, de que se ganhassem as eleições não aumentaria a carga fiscal, pode ser razão tão forte para o seu comportamento.

São estas e outras razões, que explicitaremos adiante, que nos levam a afirmar aos portugueses que este é um Orçamento do «conto do vigário» durante a campanha eleitoral.

E se é verdade que a qualidade e as condições de vida das famílias portuguesas vão ser ainda mais agravadas por força do aumento das receitas fiscais impostas pelo Governo do PSD, não é menos verdade que, por esta mesma razão, ao contrário do que vem sendo propalado, os padrões de vida dos portugueses vão ficar cada vez mais afastados dos da média dos países comunitários.

Mas este Orçamento deixa ainda a descoberto outras grandes questões que marcam profundas diferenças entre o que são as promessas e a realidade e o que é a teoria e a prática política do PSD e do seu governo.

Se, por um lado, propõem a revisão da lei eleitoral como forma de aproximar os eleitos dos eleitores e das realidades locais, por outro lado propõem alterações legislativas em sede orçamental por forma a impedir que seja cumprida a Lei das Finanças Locais e que os municípios portugueses recebam neste ano de 1992 menos 54 milhões de contos a que têm direito por força da lei vigente.

Trata-se de mais um cair de máscara da concepção centralista e centralizadora do «estado laranja» que o PSD não é capaz de assumir claramente, mas que por este Orçamento mais uma vez se evidencia a sua intenção de adiar para as calendas a descentralização democrática do Estado, ao não incluir qualquer verba para a criação e instituição das regiões administrativas, consignadas na Constituição da República desde 1976.

A possibilidade de promover um verdadeiro desenvolvimento sustentado e harmonioso do País por via da instituição de uma administração democrática e descentralizada, dotada de meios técnicos e financeiros para ser dinâmica e eficaz na promoção do bem-estar e dos interesses locais e regionais, como tem sido o exemplo dado pelos municípios, fica mais uma vez adiada.

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Serviu também a campanha eleitoral do PSD para afirmar a propaganda da aposta na qualidade, qualidade para tudo.

Da qualidade para a saúde resulta a redução em 34 000 contos, relativamente a 1991, da verba destinada à protecção materno-infantil, quando se sabe que Portugal tem a taxa de mortalidade infantil mais elevada da Europa e quando, ao mesmo tempo, é aumentado o preço dos medicamentos e implementadas as taxas moderadoras. Cada vez é mais caso para dizer que, para este governo, quem quer saúde paga-a.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, peço a sua benevolência.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a minha benevolência não é ilimitada, por isso, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Da qualidade para a educação, a par do aumento das propinas e do preço dos livros, por força da aplicação do IVA, sobressai, por escandaloso, o investimento do PIDDAC na educação pré-escolar que é reduzido, de 1991 para 1992, em 254 000 contos. É caso para dizer não só que com o PSD no Governo quem quer educação paga-a, mas, também, para que fique registado, que com esta política a aproximação aos padrões europeus é cada vez mais afastada.

Da qualidade para o ambiente, e porque o Governo se apregoa como o primeiro e principal promotor da consciência ecológica dos portugueses, haveria muito para dizer, mas, como para bom entendedor meia palavra basta, diremos apenas que, apesar do crescimento em atentados divulgados diariamente na comunicação social e da degradação do meio ambiente e do património natural que é demonstrada em todos os estudos nacionais e internacionais, apesar de estarmos na década do ambiente, apesar de se realizar este ano a Conferência Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, apesar de Portugal estar a assumir a Presidência da Comunidade Europeia, verifica-se que o peso no PIDDAC do MARN passa de 4,9 % em 1991 para 5,1 % em 1992, o que significa um aumento de 0,2 %.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, seja muito breve porque se não o for terei de lhe retirar a palavra.

O Orador: — A propósito da tão propagandeada formação e participação dos cidadãos no domínio do ambiente, refira-se que a verba prevista no PIDDAC para 1991 não foi totalmente investida e que, estando previsto em 1991 um investimento para 1992 de 80 000 contos, no Orçamento do Estado para 1992 apenas está contemplada uma verba de 65 000 contos.

É caso para dizer que o Governo gasta mais em promessas não cumpridas do que na formação e nos incentivos à participação dos cidadãos. E, porque a prevenção também é um importante instrumento de promoção da qualidade, não podemos deixar passar em branco o facto de o Governo continuar a apostar mais no investimento na cura do que na prevenção, como mais uma vez acontece com os fogos florestais. Os quais, como nós, oposição, sabemos — só os senhores é que ainda não perceberam —, aumentam de um ano para o outro, porque, além da plantação indiscriminada de eucaliptos que os senhores promoveram e incentivaram, sem qualquer tipo de ordenamento, a desertificação e o despovoamento do mundo rural que lhes estão inerentes são causas bem fortes da proliferação em crescendo destas catástrofes, que são igualmente causa de outras de não menos importância. É que o despovoamento...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a sua intervenção terminou. Lamento ter de lhe retirar a palavra, mas avisei-o, por várias vezes, de que já tinha ultrapassado o tempo de que dispunha.

Aplausos do PSD.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Orçamento de confirmação das nossas previsões pessimistas, orçamento de equívocos, orçamento de esperança perdida, orçamento tipicamente social-democrata, próprio de quem confia sobretudo no Estado e nos seus processos de realização mecânica, despersonalizada, da solidariedade social, assim o qualificámos na intervenção aqui feita, na passada terça-feira.

O debate que entretanto teve lugar confirmou, em boa parte, tudo o que dissémos. E não só o debate, mas a discussão que prosseguiu no País, em torno do Orçamento, permitiu acrescentar mais qualquer coisa, infelizmente também em desabono do documento que estamos a discutir e vamos hoje votar, na generalidade.

Orçamento despesista, confirmou ontem o Sr. Engenheiro Álvaro Barreto, embora sem alternativa na sua douta e experimentada opinião, mas também orçamento centralizador e, aí, já com a alternativa que o Sr. Engenheiro e meu querido amigo apontou, em termos gerais, é claro.

Orçamento tecnicamente pouco correcto, embora politicamente acertado, pouco capaz de conduzir facilmente à redução da inflação e do défice, responsável pela introdução da harmonização fiscal no pior momento, ou, pelo menos, no momento menos bom, terá dito a Sr.^a Secretária de Estado do Orçamento em reunião que teve lugar na Associação Portuguesa de Economistas.

Confirma-se, portanto, tudo o que dissemos e não há dúvida de que a oratória brilhante e o bom humor do Sr. Ministro das Finanças serão capazes de muitas coisas extraordinárias — como a de pôr o Sr. Primeiro-Ministro a rir às gargalhadas —, mas acabam por não ser capazes de convencer a generalidade das pessoas, incluindo mesmo algumas das que lhe são mais chegadas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pelos vistos o Sr. Ministro explica mal, ou vai ter de explicar mais, com mais paciência, ou então vai ter de espalhar pelas audiências das suas explicações alguns elementos da bancada social-democrata, os únicos que, até agora, revelaram capacidade para tudo entender e de um só golpe — como o aumento do IVA —, na esperança de que a inteligência iluminada, de que têm dado provas, seja contagiante.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Registamos, porém, a concordância de princípio, aqui manifestada por muitos, com a nossa crítica central que vai no sentido de que o Orçamento do Estado para 1992 é o que é, porque nele a despesa continua, apesar de tudo, a crescer.

Não podemos, porém, concordar com a resignação manifestada por quantos nos deram o benefício de tal acordo mas que consideram que o Orçamento é o que é em matéria de despesa porque não podia deixar de ser outra coisa.

É claro que há também os entusiastas da despesa, como foi o caso do, também meu amigo, engenheiro Oliveira Martins, que não quis deixar de aqui dizer frontalmente que o Governo gasta e ainda bem que o faz. Só lhe faltou dizer: abençoadas campanhas eleitorais...

Risos do CDS.

Ora, é entre o entusiasmo e a resignação da bancada social-democrata e do Governo que está todo o mal do Orçamento.

O que era e é preciso, para quem aceita eleger o combate à inflação por via orçamental, passando pela redução do défice como objectivo prioritário, sobre o qual recai um compromisso internacional, é demonstrar, aqui, uma estratégia consistente e coerente para diminuição das despesas, principalmente nas áreas em que o seu crescimento se revela mais ameaçador e capaz de se auto-alimentar.

E não chegam, embora se louvem, como elementos dessa estratégia, as medidas anunciadas em matéria de despesas de funcionamento e das suas relações com a gestão de excedentes, porque o que é certo é que, em relação aos sectores em que a despesa mais facilmente foge ao controlo dos orçamentadores, continua a afirmar-se, como acontece nas GOP, que os mesmos continuarão a ser uma excepção à regra fundamental da supletividade do Estado.

É claro que não pretendemos, ou melhor, entendemos que não devemos, apresentar, neste domínio, propostas concretas de cortes orçamentais na despesa, como queria o Sr. Engenheiro Álvaro Barreto que, no entanto, não apresentou também, em detalhe orçamental, as consequências da proposta descentralizadora que formulou. E não o fazemos porque intervimos neste debate com sentido da responsabilidade e de respeito pelo papel da Assembleia e porque, não nos cabendo a execução do Orçamento e sendo mesmo reduzida a nossa capacidade de iniciativa em relação ao Orçamento aprovado, não queremos cometer os erros de previsão que o próprio Governo cometeu, o ano passado, subavaliando e sobreavaliando despesas e receitas, na ordem dos 30 a 40 milhões de contos — caso das despesas com pessoal, das transferências para o Serviço Nacional de Saúde, da cobrança do IRS e dos juros dos bilhetes de Tesouro —, numa atitude que só pode conduzir à desvalorização do próprio Orçamento e da intervenção da Assembleia, enquanto instrumento essencial da política do País.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Nunca o fizemos até aqui e não vamos começar a fazê-lo agora, muito embora reconheçamos que o exemplo dado, nos últimos anos, pelo Governo começa a ser tentador, em relação a uma intervenção irresponsável no debate orçamental.

E, infelizmente, já neste debate e nesta proposta se dá mostras de uma certa tendência para a manipulação das percentagens, como é o caso do peso do défice no produto interno bruto (PIB) — parece que, na Comissão Europeia, também só agora descobriram o encanto das percentagens —, em que a meta dos 4 % prometida só é alcançada através de um jogo de ficção, conhecido, neste caso, por anualização da receita harmonizada do IVA (imposto sobre o valor acrescentado).

O que na realidade vamos ter, com a receita cuja cobrança se prevê e que vai pesar sobre os portugueses, é um défice que se situará acima dos cinco pontos percentuais em relação ao PIB, o que significa que vamos começar já este ano a faltar ao prometido no Plano de Convergência Q2.

Foi, de resto, isso mesmo que provocou o comentário céptico do governador do Banco de Portugal — mais um a necessitar de explicações complementares — ...

Risos do CDS e do PS.

... e a sua previsão de que, perante um défice de 5 % do PIB e necessidades líquidas de financiamento do Estado da ordem dos 539 milhões de contos, teriam de continuar as políticas monetária e cambial restritivas. Quer dizer, mais impostos, a juntar a juros altos e a um escudo em apreciação persistente.

Perante isto, resta-nos apenas questionar se haverá, ou não, clientes para aproveitar as tais *prime rates*, que acabaram por constituir a grande novidade enxertada no presente debate.

De qualquer modo, na sua posição responsável, o CDS considera que se manifestaram, apesar de tudo, alguns sinais positivos.

Vozes do PSD: — Não é possível! Não é imaginável!

O Orador: — Muito bem, Srs. Deputados! São, porém, apenas sinais e não modificam, para já, as propostas que vamos votar negativamente nesta sessão. Podem, porém, modificar o texto final. Mas essa expectativa depende muito de VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados! Estou aqui a fazer um apelo à vossa independência!

Para justificar uma reponderação do nosso voto — e esse é um preço justo e bom — será, porém, necessário que a concretização de tais sinais venha a fazer-se no seguinte sentido: compromisso de implementação das Leis de Bases da Segurança Social e da Saúde, no sentido da quebra do monopólio público das prestações sociais; abandono da proposta de suspensão da fórmula de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, prevista no n.º 1 do artigo 9.º da Lei das Finanças Locais, acompanhada de uma proposta realista de transferência de competências que não deixe de ter em linha de conta os encargos que para as autarquias vão resultar do crescimento da massa salarial para a função pública e da passagem do IVA sobre as empréitadas de 8 % para 16 %; actualização dos escalões de rendimento, dos abatimentos e das deduções para efeitos do IRS, em medida consentânea com a actualização salarial que vier a ser acordada e, portanto, segundo ouvimos dizer, em percentagem nunca inferior a 12 %; equiparação, em certas condições a definir, dos encargos com a aquisição de habitação, com a contratação de seguros de doença e para pagamento de pensões, às despesas com a educação, no contexto dos abatimentos para efeitos do IRS; disposição para considerar um cabaz de bens essenciais ao consumo da generalidade das famílias, de modo a mantê-los submetidos à taxa zero e à taxa reduzida, em vez de os passar à taxa de 5 %, no primeiro caso, e à taxa normal, no segundo; compromisso de submeter à Assembleia, como proposta de lei e não como proposta de autorização legislativa, o Código das Avaliações; alargamento dos benefícios destinados a proporcionar, finalmente, o desbloqueamento do nosso mercado de capitais e compromisso de revisão realista e não demagógica do regime jurídico das indemnizações.

Se assim for, e não é muito, o nosso voto, que é livre e responsável, poderá mudar.

Deus queira que assim possa ser.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Nogueira de Brito, pela exemplar observância do tempo que lhe estava atribuído.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Seria de esperar que, neste debate sobre o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1992, o Governo informasse a Assembleia da República e o País, com rigor, sobre qual o estado e a preparação da economia portuguesa face ao Mercado Único de 1993, que nos dissesse, perante os embates a que esta vai ser submetida, como pensa tornar as suas velhas e conhecidas vulnerabilidades, qual a sua política para valorizar a nossa especialização produtiva e melhorar o perfil do nosso padrão das exportações, que respostas e soluções para o sector agrícola, para as pescas e para a defesa das nossas águas territoriais, como pensa defender e modernizar a indústria têxtil — que, afinal, sempre está em crise —, o sector de calçado, a indústria vidreira, os moldes e a agro-indústria, que escolas, que ensino e que investigação científica e tecnológica, face a uma estratégia de verdadeiro desenvolvimento.

Seria de esperar que, com rigor, nos dissesse qual a política monetária financeira, que medidas para diminuir a especulativa margem de intermediação bancária que tem engrossado os seus lucros à custa do sector produtivo, isto é, seria de esperar que, em vez de novas promessas vagas, o Governo informasse a Assembleia da República em que prazos, com que medidas e a que níveis pensa baixar as taxas de juro dos empréstimos. Seria de esperar também que, em vez da tola afirmação, tão do agrado dos países ricos da Comunidade, da primazia da «convergência nominal», se visse firmeza na procura da potenciação do poder negocial para a concretização da coesão económica e social e para que o Pacote Delors II seja aprovado. Seria de esperar ainda determinação para dar conteúdo ao Programa da Carta Social Europeia; para a obtenção de medidas efectivas de apoio ao desenvolvimento regional e para que se efective a redução do co-financiamento do Estado português, evitando, assim, a perda de fundos comunitários e a pressão sobre o défice orçamental.

A primazia tem de ser dada ao desenvolvimento do País, à convergência real e não a uma pseudo-convergência meramente nominal, assente na deflação drástica, na quebra do crescimento, com o consequente distanciamento quer do pelotão da frente, quer do pelotão do meio.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, em vez de um debate sério e respostas objectivas face ao agravamento da situação social, à difícil situação em que se encontram muitos portugueses e às graves questões com que a economia portuguesa vai ser confrontada, tivemos as graçolas e a arrogância, para fugir aos problemas concretos, de mais um ministro das Finanças feito mestre-escola comunitário, a quem cabe distribuir o cacete, reservando a cenoura para o Primeiro-Ministro. Tudo indica estarmos, mais uma vez, perante um ministro fusível, pronto a ser substituído logo que o curto-circuito seja mais intenso, para poupar a imagem do chefe. Mas é preciso que fique claro que o responsável por este orçamento tem um nome e um rosto: Aníbal Cavaco Silva.

Seria por isso interessante que, daqui a alguns minutos, o Sr. Primeiro-Ministro, em vez de mais discurso espectacular feito para as câmaras da televisão, veneranda e obrigada, que, em vez de repetir o sofisma de que as oposições não apresentam alternativas, nos respondesse com seriedade às questões que lhe foram formuladas e às propostas concretas que temos vindo a apresentar. Seria

interessante que desse resposta ao seu discurso dos frigoríficos, isto é, que nos demonstrasse que, tendo ganho as eleições, é agora mais fácil comprar casa, comprar carro e comprar os tais frigoríficos.

Não foi nenhuma invenção, Sr. Primeiro-Ministro, de um qualquer jornalista, a promessa que fez, precisamente em Vila do Conde, já em pré-campanha eleitoral, de que o seu governo, se ganhasse as eleições, daria uma especial atenção à habitação social.

Os factos aí estão a demonstrar as suas falsas promessas, como aqui reconheceu um deputado da bancada do PSD. As verbas inscritas no Orçamento do Estado registam um acentuado decréscimo real e as dotações orçamentais para a bonificação de juros à aquisição de habitação própria são reduzidas em 6 milhões de contos.

Este é um Orçamento que mostra claramente a quebra de compromisso do Primeiro-Ministro: falsas promessas em relação a milhares de jovens, que vão continuar a não encontrar um tecto; falsas promessas em relação aos estudantes, que vão encontrar, como sempre, a Prova Geral de Acesso, essa prova iníqua e selectiva; falsas promessas para com os pensionistas, idosos e deficientes, que vão continuar com as suas magras pensões e vão ter bens e serviços de primeira necessidade agravados através dos impostos indirectos; falsas promessas em relação aos utentes da saúde, que vão ser «compensados» com as taxas ditas moderadoras; falsas promessas ainda em relação ao combate ao flagelo da toxicodependência e da segurança nas escolas no quotidiano das grandes cidades.

O Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças sabem que os tempos não estão para graças para os trabalhadores, que vão ter de lutar pela redução do horário semanal e pelos seus direitos e salários;...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... nem para os trabalhadores da função pública, ludibriados mesmo ao nível da concertação social; nem para os empresários do sector produtivo, que se vêem penalizados por uma política de apoio às actividades especulativas; nem para os agricultores, que vão continuar a ser subalternizados, a ter de suportar os mais elevados custos dos factores de produção da CEE e a não ver, nem preços compensadores, nem medidas que facilitem o escoamento dos seus produtos. Não vão ter tempos fáceis as milhares de famílias a quem lhes foi prometida justiça social e que se vêem excluídas de um nível de vida digno, nem as camadas médias, que, em vez da redução dos impostos, vão ter de suportar o maior aumento anual de sempre da carga fiscal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando o Governo pede aos Portugueses, no seu programa, poupança e paciência, aí está o que isto significa neste Orçamento: política de bons rendimentos (que até permite certa poupança) para as camadas abastadas e de paciência e poupança forçada para os trabalhadores e para os reformados; política de poupança e acumulação para os grandes senhores da especulação imobiliária e financeira e de paciência para o trabalho infantil e para os que dão corpo às manchas de pobreza. É a política do «se queres saúde, paga-a!», do «se não tens dinheiro para as propinas, deixa a universidade!» e do «se queres pagar menos impostos, torna-te rico!». Este é o credo Braga de Macedo/Cavaco Silva.

É um facto evidente que a taxa média do IVA vai subir, que um elevado número de bens essenciais passa a ser tributado, quando o não era, ou passa da taxa reduzida para

a taxa normal. Sobre esta questão não há graçolas, nem *show*, nem diversões ou anedotário de ministro das Finanças que a façam esconder. São questões sérias de mais, ligadas ao quotidiano e à vida de muitas famílias, para serem objecto de sofismas ou debates superficiais.

São bens essenciais de consumo diário dos portugueses, como os medicamentos, e bens culturais e educativos, nomeadamente os livros, os jornais e as revistas, que poderiam manter a taxa zero até 1996; são também os adubos, os fertilizantes, as sementes; são cerca de 4000 produtos que, de uma assentada, passarão a ser tributados.

Perante tudo isto, o que é que nos diz o Primeiro-Ministro? Com todo o cinismo é-nos dito, pela voz do Ministro das Finanças, que o Estado dá o exemplo nos consumos inúteis e na tributação com justiça.

Consumos inúteis são, por exemplo, as derrapagens nas previsões das despesas, para além do orçamento, com o Centro Cultural de Belém, que, pelos atrasos conhecidos, teve de ser trocado pelo velho Palácio de Queluz na primeira reunião com a Comissão Europeia.

Tributação com injustiça ocorre claramente quando se aumentam substancialmente os impostos indirectos, impostos cegos, e quando não se actualizam pela taxa real da inflação as tabelas do IRS ou quando se criam novos benefícios fiscais para as aplicações financeiras, leia-se para se estimular a sociedade de casino. No ano passado esses benefícios fiscais ultrapassaram os 110 milhões de contos, cerca de 50 % do IRC. Este ano o «bolo» é ainda maior.

De facto, que justiça social é essa, quando o negociismo atinge a saúde, o ensino e a segurança social, quando se aperta o cinto às camadas mais desfavorecidas, quando a corrupção atinge impunemente as mais altas esferas, quando o leilão do riquíssimo sector empresarial do Estado não apresenta um único caso onde a opacidade, os jogos de corredor e a mão baixa não tenham tido lugar?

Aplausos do PCP.

É a reconstituição do poder económico e político dos grandes senhores do dinheiro, associados, em posição subalterna, a capitais e interesses estrangeiros através da intervenção directa do Estado — aqui bem obeso, pois, como o CDS sabe, as curas de emagrecimento, o «menos Estado», é só para as responsabilidades sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Imoral» e «inconstitucional» foi como caracterizou o presidente da Associação de Municípios a proposta centralista visando a asfixia do poder local, em especial dos municípios da oposição.

Na verdade, com o pretexto de que a evolução da receita do IVA vai conhecer este ano um aumento extraordinário, o Governo permite-se suspender arbitrariamente o método de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Apoiado na sua maioria e dando jus ao «quero, posso e mando», o Governo quer sonegar 55 milhões de contos às autarquias e impor alterações arbitrárias a uma lei votada na Assembleia da República por unanimidade. Tem o Governo consciência do que isto significa em relação à não resolução de prementes problemas das populações? Tem o Governo consciência do que isto significa de não aproveitamento de potencialidades e fundos comunitários e de possibilidades de desenvolvimento?

No que respeita, aliás, a esta questão do desenvolvimento, importa clarificar que o combate à inflação é importante e necessário, mas que a inflação não é o prin-

cipal constrangimento ao desenvolvimento e à modernização da sociedade portuguesa, como aqui sublinhou, professoralmente, Braga de Macedo. O principal constrangimento ao desenvolvimento está numa política assente na subalternização do aparelho produtivo, nos seus baixos níveis de produtividade e competitividade, na concentração da riqueza, no parasitismo, nos gastos não produtivos e sumptuários e na política dos ciclos eleitorais.

O controlo da inflação não é o alfa ou o ómega do Governo, não é nenhuma sua obsessão, não é sequer um seu objectivo principal, como pretende fazer crer. O seu objectivo central nesta matéria é, através da fixação de uma fictícia taxa de inflação, tentar impor um tecto salarial e assim fazer pagar aos trabalhadores e às camadas médias, através da redução dos salários e do aumento dos impostos, os custos da sua política errada, da sua política eleitoralista e da centralização e concentração de capitais. O pseudo-combate à inflação, através da fixação de uma taxa de inflação à partida reconhecidamente irrealista, é assim mais um «imposto escondido» sobre os que vivem do seu trabalho e os que produzem a riqueza, pois para os que enriquecem dormindo o Governo é pródigo em benefícios fiscais.

Pela nossa parte, iremos confrontar na especialidade o PSD com propostas concretas que invertam este Orçamento de confisco, nomeadamente em relação à manutenção da taxa zero do IVA para os bens e serviços essenciais e à actualização dos escalões e deduções no IRS, para evitar o imposto inflação.

Em relação ao FEF, proporemos o cumprimento da Lei das Finanças Locais e pensamos que todos os partidos deveriam ter em consideração as conclusões do próximo Encontro Nacional de Autarquias. Não deixaremos de agir em relação à situação dos reformados, à limitação dos direitos e à redução real dos vencimentos dos trabalhadores da função pública, bem como em relação às taxas ditas moderadoras.

Proporemos a duplicação das dotações inscritas para a habitação social promovida pelo Estado.

Mas, perante esta política anti-social, sublinharemos, aqui e lá fora, que a democracia é precisamente também o direito que cada cidadão tem de lutar contra as injustiças, de agir pelas suas aspirações e anseios e de se manifestar pelos seus direitos e justas reivindicações.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e do Deputado independente Luís Fazenda.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate da proposta de Orçamento para 1992 foi conclusivo num ponto claro: o Governo não foi capaz de manter importantes compromissos eleitorais.

O programa eleitoral do PSD (a edição distribuída aos milhões e não a versão ornamental de biblioteca) era peremptório: «continuar a política de desagravamento fiscal, tanto para os indivíduos como para as empresas».

A edição do *Povo Livre*, de 2 de Outubro, dedicava parte substancial da descrição da intervenção do Primeiro-Ministro num comício em Santarém relativa à questão dos impostos. Segundo o *Povo Livre*, «os impostos foram tema forte». Prossegue o mesmo com citações do Prof. Cavaco Silva, como as que transcrevo: «o crescimento económico

deve ser instrumento para reduzir os impostos»; «tivemos a coragem de fazer a reforma fiscal, criando inequivocamente um sistema fiscal coerente, a caminho de um sistema fiscal justo». Remata o *Povo Livre*: «Cavaco Silva prometeu a distribuição de um dividendo social aos mais carenciados e a redução fiscal em relação aos cumpridores dos seus deveres.»

Risos do PS.

O tema «não agravamento»/«redução de impostos»/«redução fiscal» integrava o núcleo central da mensagem política do PSD antes das eleições. Cinco meses passados, essa promessa está por terra. A credibilidade política do Governo não pode ser a mesma. Sofreu o seu primeiro grande rombo.

Aplausos do PS.

O Ministro das Finanças veio, aliás, aditar um nefasto toque de humor a essa reprovável conduta governativa: veio argumentar que os impostos (as taxas dos impostos) iriam subir, mas os contribuintes iriam pagar menos. É a estranha noção teórica de desagravamento fiscal «muito pesado» ou de agravamento fiscal «muito leve», sustentada na visão global de que a punção fiscal do Estado liberta os cidadãos porque a decisão sobre a despesa... está em boas mãos.

Todo o poder autoritário tem a acompanhá-lo o instrumento «libertador» de uma ditadura fiscal. O PSD não podia escapar a esta regra e o Ministro das Finanças perdeu uma grande oportunidade para não provocar — com o argumento de que o contribuinte ao pagar mais está a pagar menos — uma verdadeira gargalhada nacional.

Aplausos do PS.

O PSD falhou no cumprimento de um compromisso. A retórica do ministro para argumentar o contrário, contra a mais cruel das evidências, ficará na memória política do País como exemplo a não seguir.

Procurou o Governo, para o agravamento fiscal, amparo comunitário com a tese da harmonização. Ora, como sabemos, não há rigorosamente nenhuma directiva da Comunidade que obrigue a harmonizar o que quer que seja. O que há são conclusões que apontam para uma standardização da tributação indirecta. O último ECOFIN, realizado antes das eleições de Outubro, reconhecia expressamente que Portugal poderia continuar com a taxa reduzida de 8 % em 1992 e que, tanto Portugal como o Reino Unido, poderiam manter a sua taxa de zero pontos percentuais.

O PSD gosta de afirmar o seu empenho em não aumentar os impostos e em reduzir as despesas. A sua própria transformação em partido liberal-democrata o obriga a sustentar esse tipo de discurso.

Mas a realidade dos factos é bem diferente.

Vejamos o que acontece com os impostos. Em 1985, quando o PSD chegou ao poder pleno, por cada 100 contos de produto gerado em Portugal o Estado levava-nos 31 contos. Em 1992, mesmo cumprindo-se as estimativas do produto, o Estado vai levar-nos 36 contos em cada 100.

Com o PSD, os Portugueses pagam mais,... aliás, votam primeiro e pagam depois.

Aplausos do PS.

E o que se passa com a despesa pública? O PSD diz que a controla, mas a verdade é que ela não pára de aumentar. Em 1985, ano em que o PSD, os gastos gerais da máquina da administração central representavam 218 milhões de contos (6,2 % do produto). Em 1992, esse valor irá ser de 1027 milhões de contos (9,1 % do produto).

Quer isto dizer que com o «liberal» PSD e com o rigorosíssimo e austero Prof. Cavaco Silva na governação pública o aparelho burocrático central do Estado já cresceu 50 % em termos do seu peso no produto e seguramente bastante mais em termos reais.

Caso alicerrador da evolução desmesurada da despesa com a burocracia é a própria superestrutura do Ministério das Finanças. De onde deveria partir o exemplo vem o regabofe.

Ao lado do Gabinete do Ministro das Finanças, que custa 326 000 contos, existem um «Conselho para o Sistema Financeiro», que custa 20 000 contos, e uma «Comissão para o Acompanhamento das Privatizações», que custa 70 000 contos, enquanto a Secretaria de Estado das Finanças, que custa 117 000 contos, tem uma «Secção Especializada para as Privatizações», que custa mais de 25 000 contos e cuja função — presume-se — é a de acompanhar a dita Comissão de Acompanhamento das Privatizações.

Risos e aplausos do PS.

O Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, que custa 110 000 contos, tem anexo um «Gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento» (sic), que custa mais 97 000 contos.

Este emaranhado burocrático do Ministério das Finanças é uma criação do cavaquismo. O resultado é expressivo. A superestrutura do Ministério das Finanças, que custava 81 000 contos em 1985, passará a custar 1 374 000 contos em 1992. A percentagem de aumento da burocracia atinge aqui um recorde fantástico — é de 1580 %!

Os sete anos de governo PSD são, nos factos, precisamente o contrário do que é apregoado em palavras sem a menor contenção ou vergonha.

O PSD, que anda há 10 anos a prometer menos Estado, sempre que se vê com o poder na mão trata de aumentar o tamanho da burocracia como nunca ninguém antes se atrevera a fazê-lo. São os impostos e as despesas públicas, mas são também os funcionários.

O inquérito aos recursos humanos na função pública apontava em 1986 para a existência de 468 625 funcionários públicos. Em 1988, esse número era já de 490 000. Sabe-se que, actualmente, ultrapassa os 520 000, sem contar com as Forças Armadas e as Regiões Autónomas.

O governo de Cavaco Silva é o mais extenso e numeroso governo de sempre na história portuguesa. A quantidade de secretários de Estado, subsecretários de Estado, adjuntos, assessores, secretárias e chefes de gabinete cresceram com o PSD a números antes nunca vistos, multiplicando-se uma teia de pequenos acolhimentos nesta grande festa de solidariedade da família social-democrata.

Aplausos do PS.

O Governo argumenta com o mérito de programas sectoriais, mas a verdade é que os Ministros da Educação e da Saúde não falaram até agora, depois de terem visto os seus argumentos muito danificados nas comissões.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações foi notavelmente discreto sobre política de habitação.

O Ministro das Finanças, esse, fala-nos da boa forma da economia, mas esquece-se quase sempre de dizer o seguinte: que as empresas portuguesas são obrigadas a trabalhar com juros superiores em mais de 10 pontos percentuais em relação à generalidade dos nossos parceiros comunitários; a competitividade dos preços portugueses caiu 18 % de 1985 a 1990; o défice da balança comercial aumentou 20 % o ano passado; de 1985 a 1991 o rendimento agrícola baixou 16 %, sendo este o pior resultado da Comunidade, enquanto em Espanha subiu 27 % no mesmo período; a Bolsa passa a vida a «bater no fundo» desde o célebre aviso do «gato por lebre», e agora todos os dias atinge o seu novo recorde mínimo; os cheques sem cobertura com queixa criminal, que perfaziam um montante de 1,5 milhões de contos em 1985, ascenderam nos primeiros 11 meses de 1991 a mais de 4 milhões de contos.

À ideia formal de uma «economia de sucesso» e de uma «sociedade segura» contrapõe-se, em muitos casos, uma realidade crua de fracassos, abandonos, falências, marginalização e metas nunca alcançadas. O País não se revê no triunfalismo do PSD.

O PS formulou neste debate os suficientes pontos de alternativa no campo das políticas macroeconómicas e vai insistir com propostas de alteração na especialidade: caso o Governo insista no aumento das taxas do IVA, para que haja medidas compensatórias de desagravamento fiscal no IRS; caso esta solução não passe, vamos preconizar que neste Orçamento não haja alterações nas taxas do IVA; caso o PSD imponha a chamada harmonização fiscal, vamos votar contra a suspensão do artigo da Lei das Finanças Locais referente ao FEF; vamos propor ainda o tratamento fiscal igual para os esquemas de poupança de reforma e para os juros dos empréstimos para habitação; vamos propor também tratamento fiscal igual para as despesas de saúde e de educação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS sublinha igualmente a necessidade de se estabelecer um «programa de racionalização e controlo da despesa pública» por forma a que atinjam, antes de 1996, as metas acordadas na Cimeira de Maastricht, sem prejuízo nos investimentos estratégicos básicos, como os da educação e da saúde.

A prova, aliás, de que o Governo sentiu o efeito deste debate é que vai ter de recuar, em sede de Concertação Social, modificando, em alguns aspectos importantes, embora não substanciais, as propostas orçamentais que o Ministro das Finanças aqui exibiu.

A prova suprema de que este Orçamento não é bom é que amanhã o próprio Governo se prepara para o desdizer, deixando ao PSD a amargura de o ter que aprovar hoje.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Ministro das Finanças não conseguiu convencer ninguém. Não convenceu os empregados, não convenceu os empresários, não convenceu os contribuintes, não convenceu o governador do Banco de Portugal, não convenceu o Parlamento, não convenceu sequer os colegas do seu partido e do Governo.

Depois das ausências dos ex-ministros das Finanças do PSD, que se recusaram vir a esta Assembleia defender este Orçamento; depois das críticas de ontem do engenheiro

Álvaro Barreto, ficámos hoje a saber que a sua Secretária de Estado considera que o Orçamento do Estado para 1992 «não é o mais correcto tecnicamente»; e o próprio engenheiro Eurico de Melo, curiosamente eleito no círculo do Porto, em que o Sr. Ministro jura que distribuiu papéis a avisar que iam subir os impostos, vem hoje dizer na imprensa: «o Governo deve assumir sem problemas e com coragem o facto de ter precisado de aumentar as receitas fiscais para além do que prometera na campanha eleitoral, com as conhecidas repercussões no bolso dos cidadãos. Quando essa promessa foi avançada, não tinham feitas todas as contas. Agora, verificou-se que a receita não chegava e foi preciso aumentá-la».

Risos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O défice «virtuoso» de Miguel Cadilhe foi agora substituído por impostos que, em vez de subirem, se «harmonizam» em conceitos de carga fiscal em que o peso dos impostos é contrabalançado com a felicidade *supply side* que deriva de termos tão «virtuosos» governantes.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No debate do Programa do Governo — ainda no rescaldo das eleições — enunciei como o País, face à dimensão do resultado eleitoral, ia precisar de nós. Lembrei que tão larga maioria precisava de forte oposição. Este Orçamento veio mostrar como falhou o contrato de colaboração entre o Governo e os contribuintes e, pelo contrário, se pode formar um novo contrato de cumplicidade entre a oposição e os Portugueses.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, quero agradecer-lhe a exemplaridade com que observou o seu tempo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao encerrar, na generalidade, a discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1992, cabe-me, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, explicar as principais razões pelas quais lhes vamos expressar o nosso inequívoco apoio e fazer, igualmente, algumas considerações sobre o debate aqui ocorrido ao longo dos últimos três dias.

Seja-me permitido, contudo, referir previamente, como antes de mim já fez o Sr. Deputado Ferro Rodrigues, pelo Partido Socialista, a grande abertura e a integral disponibilidade manifestada pelo Governo, ao longo das últimas semanas, para informar e debater até à exaustão com as diversas comissões parlamentares os dois diplomas hoje em apreço.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi um procedimento que enriqueceu profundamente o debate e que valorizou as instituições parlamentar e governamental. O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992. É um voto com con-

vicção e sem reservas e fundamenta-se nas seguintes razões, que se evidenciaram e aprofundaram durante o debate.

Primeira razão: as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992 são dois documentos nacionais e mobilizadores. Nacionais, porque continuam a garantir que o futuro do País não será hipotecado em nome de uma visão da actividade política e governativa tolhidas pelo medo de tomar decisões que nem sempre são bem compreendidas no imediato, mas que têm efeitos positivos inegáveis, no tempo longo em que se desenvolve a vida de um povo.

Aplausos do PSD.

Mobilizadoras, porque o seu sentido profundo e a sua principal consequência é a de preparar Portugal para, na data certa, se poder bater de igual para igual no contexto internacional em que quer ser parte plena, e não parente pobre, como alguns nos querem condenar.

Aplausos do PSD.

Aos que, mais pela inércia que preconizam do que pelas palavras que proferem, querem fazer de Portugal um país adiado, responderemos que queremos um país moderno e de progresso, porque, no difícil desafio da União Europeia, Portugal não pode ser colocado entre parêntesis.

Segunda razão: os dois documentos que vamos votar, pela aposta que fazem em continuar a provocar alterações estruturais no País, são documentos que asseguram a esperança e fazem um apelo ao esforço nacional de todos os portugueses.

Asseguram a esperança de que Portugal pode abandonar a pobreza, o último lugar das estatísticas, que já começámos a abandonar, e a situação de minoridade no contexto europeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fazem um apelo ao esforço nacional, porque ele é a condição primeira para que em Portugal se viva melhor.

Mas em Portugal não se viverá melhor, de forma segura e sustentada, se os Portugueses não se impuserem a si próprios desafios ousados, se estiverem apenas à espera dos estímulos que vêm de fora, e, acima de tudo, se se deixarem tolher pelo complexo do «velho do Restelo» — que ainda paira nesta Casa, em algumas bancadas —, deixando sempre para amanhã o que se pode, e muitas vezes o que se deve, fazer hoje.

Aplausos do PSD.

Os dois documentos, em particular o Orçamento do Estado, contêm em si força dinâmica. Este Orçamento não é um mero Orçamento de gestão, seja de recursos internos ou externos. Não é apenas, como aqui quis fazer crer o Sr. Deputado Jaime Gama e alguns Deputados socialistas, um repositório de dados estatísticos e técnicos relativos ao ano económico.

Ele pressupõe, Srs. Deputados, uma vontade política — não imposta de fora, mas assumida livremente — que se dirige ao País, que procura conjugar à sua volta um querer nacional, que apela à co-responsabilização da Nação e não apenas do Governo ou da Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

Terceira razão: estes dois documentos garantem a continuação persistente e sustentada de uma estratégia de progresso e desenvolvimento, assegurando a defesa do valor real dos salários e pensões — não do valor nominal —, bem como do investimento sustentado das empresas. Continua a dar, igualmente, prioridade às áreas de investimento fundamentais no futuro, nomeadamente as comunicações, a educação, a saúde e a solidariedade social.

Estes, Srs. Deputados da oposição, foram os compromissos eleitorais fundamentais do PSD para a legislatura — não apenas para hoje nem apenas para amanhã —, e estas Opções e Orçamento do Estado dão-lhe tradução prática. Assumimos, com o Governo, a coragem de fazer agora aquilo que outros, afinal, como também disse aqui o Sr. Deputado Octávio Teixeira, achavam que podia ser feito mais tarde, em 1985, em 1986 ou até em 1987, mas só mais tarde. Nós achamos que devemos fazer hoje!

Vozes do PS: — Está atrasado dois anos!

O Orador: — Nós achamos que devemos fazer hoje. Exactamente!

Estas, Srs. Deputados, são as nossas razões.

Mas não somos surdos às razões dos outros. Por isso participámos activamente neste debate, com espírito de abertura e disponibilidade para aceitar razões mais fortes do que as nossas e até alterar algumas das nossas posições, se fosse caso disso.

Um Orçamento do Estado compreende um conjunto de escolhas que são, antes de mais, escolhas políticas. O Orçamento do Estado não é um relatório analítico de chefes de gabinete, de assessores, de motoristas, como o Sr. Deputado Jaime Gama o quis fazer. Não é isso!

Aplausos do PSD.

São, antes de mais, escolhas políticas, Sr. Deputado Jaime Gamal!

Aplausos do PSD.

E a nossa primeira esperança neste debate era ver as nossas escolhas políticas confrontadas com alternativas globais que, sendo exequíveis, correspondessem a uma concepção diferente do funcionamento dos principais instrumentos, através dos quais opera o Orçamento do Estado.

Temos de confessar que acabamos este debate, assumindo estes dois documentos com mais veemência — que já era muita — do que no seu início.

Risos do PS.

E isto porque assistimos, quase exclusivamente, a uma crítica meramente interna ao Orçamento do Estado.

Há que referir, é certo, uma visão global — que foi excepção nesta Câmara —, distinta da nossa, que aqui foi apresentada pelo CDS, e que se centra, sobretudo, no papel que as despesas públicas devem ter no Orçamento do Estado. Contudo, essa análise não foi, em primeiro lugar, desagregada, o que levava a fazer a distinção entre a despesa corrente — que continua a não crescer pelo terceiro ano consecutivo, num esforço de disciplina que deve ser louvado; em segundo lugar, não levou em linha de conta que a convergência real com as economias europeias — que o CDS também defendeu aqui pela voz do Sr. Deputado Nogueira de Brito — implica a necessidade de o

Estado continuar a garantir um conjunto abundante de bens públicos imprescindíveis para a promoção da justiça social entre os Portugueses.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Agora é que estragou tudo!

O Orador: — Os casos referidos pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, no domínio dos centros de saúde, não são relevantes do ponto de vista de uma diminuição substancial da despesa pública em investimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por seu turno, o PCP e o PS centraram as suas baterias, como referi, numa crítica meramente interna ao Orçamento do Estado, desligada dos objectivos globais a que ele se propõe.

O Partido Socialista, em particular, levou a demagogia ao paroxismo, afirmando, sobretudo, querer uma coisa e, simultaneamente, o seu contrário.

Quer diminuição da inflação, mas quer igualmente folga no consumo e descontrolo da massa monetária; quer desagravamento fiscal, mas quer simultaneamente despesa pública lauta e generosa; quer redução do défice em simultâneo com políticas sociais ousadas, mas sem curar de dizer, de forma realista, como aumenta a receita sem aumentar os impostos directos sobre os cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ouvindo as intervenções dos putativos responsáveis do PS pelas áreas económicas — se o próximo congresso não os alterar — chegámos a uma conclusão perturbante: se tivessem que apresentar nesta Assembleia um Orçamento do Estado não haveria, com o Partido Socialista, medidas difíceis a tomar. Um Orçamento do Estado socialista só poderia ser um verdadeiro *Eldorado*, o que dá para desconfiar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Senão, vejamos: haveria tantas ou mais estradas do que agora; tantos ou mais hospitais; tantas ou mais escolas; muitas e melhores reformas; juros baixos, era amanhã; salários em flecha a subir, era para ontem; a habitação em crescimento explosivo; os impostos em decréscimo acentuado; a inflação em diminuição gradual; o consumo, bem, o consumo esse teria de ser em crescimento progressivo.

Só não foi dito como e onde iam angariar recursos financeiros para tamanha abundância. Se calhar foi porque a arma secreta tradicional com que nos brindam nas discussões do Orçamento do Estado, desta vez, não produziu aqui uma intervenção de fundo.

Risos do PSD.

Srs. Deputados, tanta felicidade aqui à porta, e os Portugueses, distraídos, não a viram em Outubro passado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Assumimos que todos os Orçamentos do Estado têm escolhas difíceis. A nossa diferença radica em não abdicarmos de correr o risco político de as fazer, se partirmos — como partimos — do princípio de que, na vida dos povos, o bem-estar, o progresso e o desenvolvimento não se adquirem sem risco, sem trabalho e sem dificuldades.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assumimos, com este Orçamento do Estado, os desafios da União Europeia, nomeadamente os da União Económica e Monetária, na tradição reformista que, para o PSD, é um princípio orientador de actuação política.

E também aqui é curioso anotar como os pretensos campeões portugueses do europeísmo querem a Europa nos discursos, às vezes com arroubos federalistas comoventes, mas como procuram travar sempre as iniciativas concretas que, no momento da verdade, são necessárias para que o País, de facto, se adequa progressivamente aos mecanismos comunitários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A virulência do PS, neste debate, Srs. Deputados, foi só aparente. Ela escondeu, de facto, a assunção de uma derrota política — e não apenas a derrota numérica que a votação vai expressar dentro de minutos.

Que derrota política é essa? O ano passado, o PS apresentou aqui um Orçamento do Estado alternativo. Nada o obrigava a isso, mas fê-lo. Essa foi uma atitude de não retorno, que só permite duas conclusões: ou a não apresentação de um Orçamento do Estado alternativo este ano é o reconhecimento de que o que fizeram o ano passado foi mal feito; ou a sua não apresentação deve-se ao facto de, este ano, não terem mesmo alternativa. Não há terceira escolha. Não seja, quiçá, a terceira escolha, que resulta da vitória do engenheiro Guterres no congresso que se avizinha e do facto de o Dr. Jaime Gama, que era também putativo primeiro-ministro indicado pelo Dr. Jorge Sampaio, ter de se remeter, de novo, à pose tranquila de Doge veneziano equidistante, que tem mantido no Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para o PSD, pelo contrário, há uma escolha — e vou continuar a falar do Orçamento e não dos chefes de gabinete, dos assessores e dos motoristas. Ela traduz-se na votação favorável que, dentro de momentos, dará aos dois documentos submetidos à sua apreciação que, em nossa opinião, são estruturantes da nossa economia e introduzem modificações qualitativas importantes na vida do País, preparando Portugal para enfrentar com êxito os desafios da União Europeia.

Os compromissos que assumimos perante os portugueses, que são de legislatura, como referi, têm neste documento uma das suas mais importantes expressões, como o futuro virá a demonstrar.

Não perdemos a esperança de que VV. Ex.^{as}, Srs. Deputados da oposição, virão a reconhecê-lo, mais tarde ou mais cedo — nós gostaríamos que fosse mais cedo do que tarde —, como têm feito noutras circunstâncias, infelizmente para VV. Ex.^{as} sempre tarde e por pressão dos resultados eleitorais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Duarte Lima, V. Ex.^a também foi generoso, e até exemplar, porque deixou tempo.

Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão, nas galerias, jovens de todo o País, como é próprio dos temas

que aqui se discutem, nomeadamente do tema do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano. Encontram-se aqui alunos da Escola Secundária da Baixa da Banheira, da Magestil — Escola Profissional de Lisboa, da Escola Secundária da Rainha Santa Isabel, de Estremoz, da Escola Profissional António Sérgio, de Setúbal, da Escola Tomás Cabreira, de Faro e da Escola Secundária da Lixa, para os quais peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para encerrar o debate, com a intervenção que cabe ao Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No início de mais uma legislatura que o povo português quis que, de novo, seja marcada pela estabilidade e pelo progresso, apresentou o Governo a esta Câmara, dentro dos prazos estipulados pela lei — o que ocorre pelo sétimo ano consecutivo — as propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1992.

Por si só, este é um facto revelador da normalidade do funcionamento das nossas instituições democráticas, que estimula a tranquilidade tão necessária à boa condução dos negócios públicos e privados e que se reveste de importância fundamental ao crescimento do nosso bem-estar colectivo.

Mas há, desta vez, outra razão que assinala a especial relevância deste debate: este é o primeiro Orçamento apresentado pelo Governo após a histórica cimeira europeia de Maastricht.

Trata-se de um facto que esta Câmara deve ter bem presente, porquanto do novo Tratado da União Europeia decorrem profundas implicações para as questões aqui analisadas nos últimos dias.

Ao apreciar o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1992, a Assembleia da República sabe que, em 1 de Janeiro de 1994, se inicia a segunda fase da União Económica e Monetária e que, dentro de quatro anos, os chefes de estado e de governo da Comunidade Europeia poderão, decidindo por maioria qualificada, fixar a data de transição para a última etapa: a fase da moeda única. Em qualquer caso, conforme estabelece o novo Tratado, essa data não poderá ser posterior a 1 de Janeiro de 1999.

A avaliação que então se fará quanto ao preenchimento, por parte de cada um dos Estados membros, das condições necessárias para a adopção de uma moeda única, condiciona de forma indiscutível o curso normal da nossa economia e do País. Nenhum político de bom senso pode ignorá-lo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal e os Portugueses querem estar no pelotão da frente deste processo. Portugal e os Portugueses recusam ir a reboque dos acontecimentos ou por eles serem ultrapassados.

Em primeiro lugar, pelo nosso próprio empenhamento numa dinâmica de desenvolvimento equilibrado, sustentado e competitivo. Em segundo lugar, pela consciência dos benefícios que apenas a participação plena, desde a primeira hora, na União Monetária, permitirá partilhar.

Nesse sentido, após Maastricht, as condições de convergência nominal e real da nossa economia ganharam uma acuidade e uma urgência de muito maior significado. Corporizadas em quatro critérios bem claros, essas condições impõem aos países comunitários uma exigência redobrada no que toca à aproximação das taxas de inflação e de juro, à estabilidade da taxa de câmbio e ao controlo do défice orçamental e da dívida pública, dentro de um horizonte temporal bem definido.

A data limite para a passagem à fase da moeda única é 1 de Janeiro de 1999, a qual, no entanto, poderá verificar-se logo em 1997 se as condições assim o permitirem.

Quem ousa tomar a responsabilidade de atrasar ou afastar Portugal neste caminho para a União Económica e Monetária? Não, com certeza, o meu governo!

Aplausos do PSD.

Após Maastricht, a irreversibilidade da moeda única é um facto indesmentível. Quem ousa tomar a responsabilidade de condenar Portugal a permanecer no grupo de países onde não circulará o escudo europeu, por falta de coragem para, em devido tempo, adoptar as medidas necessárias? Não, com certeza, o meu governo!

Aplausos do PSD.

Temos uma perspectiva de futuro dos interesses do País que não se confunde com a daqueles que, prisioneiros de uma visão paroquial das questões de Estado, não entendem o significado do desafio que temos à nossa frente.

Quem ousa, numa palavra, frustrar a esperança, tão repetidamente expressa pela esmagadora maioria dos portugueses, de aproximar Portugal aos padrões de prosperidade dos nossos parceiros na Comunidade? Não, seguramente, o meu governo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por nós, Portugal faz parte integrante do processo da União Monetária, e com ele se identifica parte essencial da estratégia básica da política económica nacional.

O Governo nunca disse que a nossa integração europeia era para os Portugueses uma alameda de tranquilidade e de simples usufruto. O caminho da integração europeia plena e o acesso aos níveis de bem-estar dos nossos parceiros na Comunidade exigem rigor nas escolhas e muita coragem política.

Quanto mais depressa nos soubermos preparar devidamente, mais depressa atingiremos a meta que colectivamente nos propusemos alcançar.

Consequência desta orientação geral será, certamente, a criação de condições favoráveis para que Portugal entre no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, bem antes do início da segunda fase da União Económica e Monetária, em 1994.

É esta, pois, a nossa opção política, uma opção que comporta dificuldades e envolve riscos. Ela é, seguramente, a única compatível com a afirmação de Portugal no Mundo e com o orgulho de um povo que, legitimamente, aspira a alcançar os padrões de prosperidade e qualidade de vida conhecidos nos Estados mais avançados da Europa Comunitária.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A coesão económica e social foi outro tema central em Maastricht. Ela ficou, não só inscrita como objectivo primordial da união e princípio geral comunitário, como também estreitamente ligada à realização da União Económica e Monetária.

O desenvolvimento nacional e, em particular, o bem-estar das famílias portuguesas está, pois, incluído nas directrizes adoptadas no novo Tratado da União Europeia.

O objectivo último de toda a acção do Governo é, de facto, o bem-estar dos portugueses, de todos os portugueses! Mas um bem-estar sólido, sustentado e verdadeiro, que toque todas as dimensões da pessoa humana e que o faça de forma profunda e definitiva!

A convergência real de Portugal em relação aos níveis de desenvolvimento comunitário é, assim, o resultado final de todo este processo de preparação para a União Económica e Monetária plena. E é essencial compreender que a convergência nominal — em particular, a redução da taxa de inflação — não é mais do que um meio para alcançar esse objectivo.

É importante que todos os Srs. Deputados compreendam que não é possível construir um processo de desenvolvimento sólido numa base de instabilidade monetária e financeira. As duas vertentes de aproximação portuguesa à Comunidade estão, pois, estreitamente ligadas.

Deste modo, torna-se crucial que os fundos comunitários para o desenvolvimento, quer os já existentes quer o novo Fundo de Coesão, não sirvam para colmatar erros de política interna ou para suportar o adiamento das medidas para a convergência.

Aplausos do PSD.

Daí o apoio que Portugal, convictamente, deu à cláusula do novo Tratado que liga a capacidade de utilização desses fundos estruturais ao cumprimento do Programa de Convergência.

A partir de agora, a apresentação prévia de um programa de convergência, cujo cumprimento é objecto de acompanhamento comunitário, no âmbito da vigilância multilateral, é condição de elegibilidade para a utilização dos fundos comunitários.

Sem rodeios ou desculpas de mau pagador, justifica-se aqui perguntar: quem ousa afastar Portugal da utilização de fundos estruturais indispensáveis à recuperação de atrasos, acumulados durante décadas, e ao desenvolvimento equilibrado do País? Decerto, não o meu governo ou a maioria parlamentar que o apoia!

Aplausos do PSD.

Seguramente, também, não todos os portugueses que hoje se sentem orgulhosos do novo Portugal em construção acelerada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste quadro de fundo, o Orçamento do Estado para 1992 é, na sua essência, um instrumento decisivo para conseguir o sucesso no Mercado Único e na transição para a União Económica e Monetária.

Este papel é, antes de mais, revelado no facto de a sua estrutura enquadradora ser fornecida pelo Programa de Convergência que, tal como se deverá passar com todos os outros países comunitários, Portugal apresentou em Bruxelas. Assumido e aprovado como documento de fundo da estratégia macroeconómica portuguesa, este programa recebe concretização em 1992, nos documentos agora em apreciação.

Esta concretização não pode deixar de ter em conta a desfavorável conjuntura internacional. Um pouco por todo o lado, são patentes os sintomas recessivos que, sem explodirem numa depressão declarada, envolvem as economias num ambiente algo paralisante.

Em Portugal, felizmente, este quadro geral não encontra consonância. E não ficava mal que os Srs. Deputados o reconhecessem, sem com isso porem em causa o papel de oposição que, naturalmente, lhes cabe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com um desemprego extraordinariamente baixo, os salários e as prestações sociais a crescerem em termos reais e as contas externas sob controlo, os Portugueses são, hoje, uma orgulhosa excepção em todo o Mundo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Neste quadro, como querem que levemos a sério a retórica de crise e desgraça aqui trazida por alguns Srs. Deputados da oposição?

Aplausos do PSD.

Têm de compreender que a elevação do debate e a postura de oposição responsável exige, apesar de tudo, um mínimo de realismo nas afirmações produzidas.

Mas o mau período que atravessa a economia mundial, mesmo que venha a ser curto e pouco acentuado, não pode deixar de se reflectir nas previsões que suportam este Orçamento.

A necessidade de convergir nominalmente para os níveis da Comunidade Europeia, num quadro mundial preocupante, é motivo suficiente de desânimo para alguns analistas. O Governo, porém, aborda este problema com seriedade e confiança, e está determinado em conseguir para o País uma situação económica mais favorável do que a da generalidade dos outros países comunitários.

É sabido que atribuímos um papel estratégico à concertação social, não uma concertação a qualquer preço, incoerente com os objectivos essenciais que o País deve perseguir. Acreditamos, pois, que a concertação social, como método de compatibilização de interesses sectoriais, contribui para a criação de um clima geral de confiança e serenidade que transforma de modo profundo e vasto o carácter dos problemas económicos e das suas manifestações, em termos mais consentâneos com o interesse nacional.

Os sucessos neste campo são, desde 1985, testemunho bem eloquente do empenho do Governo na concertação social, do sentido de responsabilidade demonstrado pelos parceiros sociais e dos benefícios que daí resultaram para o nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos convictamente a favor do diálogo social, porque somos fervorosos adeptos do equilíbrio, da moderação e da concertação de interesses.

A concertação social é, comprovadamente, o melhor método para corrigir desequilíbrios económicos com um mínimo de custos sociais, sobretudo quando, como hoje em Portugal, está em causa a resposta a grandes desafios de fundo. Através dela consegue-se combinar melhor o

crescimento da produção e dos salários reais com o domínio da inflação, evitando, assim, o clima de desemprego e de perda de competitividade que se manifestariam noutros enquadramentos.

Hoje, no quadro do grande mercado interno, o que está em causa é precisamente a competitividade externa e, em última análise, a sobrevivência das empresas portuguesas.

Estamos, pois, mais certos do que nunca de que um fracasso nas negociações só se pode reflectir negativamente sobre as empresas e os trabalhadores. Por isso, é indispensável evitar as questões menores, colocar a negociação no seu verdadeiro quadro e analisar, responsabilmente, a compatibilidade das reivindicações com os grandes objectivos nacionais que se perfilam perante todos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É um trabalho de todos, em que todos nos devemos continuar a empenhar.

Aplausos do PSD.

A luta contra a inflação é uma componente decisiva da batalha pela qualidade de vida em Portugal e deve ser um objectivo nacional assumido com patriotismo por empresários e trabalhadores. Ora, um falhanço neste domínio não é tanto uma derrota do Governo, é sobretudo um insucesso do nosso país.

Se, infelizmente, não for possível chegar a um acordo de concertação social compatível com o Mercado Único e com a preparação da economia portuguesa para a UEM plena, a consequência inevitável será um crescimento económico mais lento, a criação de menos emprego e menores salários reais.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É um custo que queremos evitar, e daí todo o empenho que o Governo tem demonstrado na obtenção de um acordo.

Srs. Deputados, uma outra condição fundamental para o sucesso é a responsabilidade e o rigor na concepção da política económica. É, pois, essencial traçar com seriedade o caminho a seguir e percorrê-lo com competência e minúcia. Por isso, o Orçamento para 1992 é a continuação normal de uma estratégia de fundo que vem de longe e segue para longe.

Não se consegue a estabilização financeira e, muito menos, o desenvolvimento com uma abordagem improvisada, oscilante ou menos segura.

O rigor orçamental manifesta-se na sustentada redução do défice a que se tem assistido nos últimos anos, em particular, o saldo primário do Orçamento, isto é, omitindo as despesas com os juros da dívida pública, encontram-se confortavelmente positivos desde 1986, atingindo um valor de 5 % do produto nacional no corrente Orçamento.

Este rigor manifesta-se também na atitude geral e sólida de não acomodação de qualquer desvio da inflação em relação ao objectivo fixado. Sempre reagiremos com firmeza contra o processo corrosivo que é a inflação, não lhe facultando espaço para que facilmente se instale.

Finalmente, a redução do défice orçamental e a liberalização da economia expressam a nossa confiança na iniciativa privada, na poupança e no engenho dos agentes económicos nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na sua actividade quotidiana, são as empresas, os trabalhadores e os consumidores que constroem a economia real e que dão corpo aos grandes projectos nacionais.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo confia profundamente na sociedade civil como sujeito e responsável último pelo desenvolvimento nacional. É nesse sentido que tem sido linha de rumo do Governo a redução do peso do Estado na sociedade, e, em particular, na economia, em que o processo de privatizações tem tido e continuará a ter um papel decisivo.

Aplausos do PSD.

Continuaremos a estimular os empreendedores económicos dotados de espírito de autonomia, capazes de progredirem libertos da benevolência proteccionista do paternalismo do Estado. Investir no Portugal de hoje tem que significar capacidade para assumir os riscos do mercado, enfrentar a concorrência, procurar factores novos de competitividade no grande espaço económico que é a Comunidade Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente, muito do debate a que se assistiu nos últimos dias passou ao lado destas grandes questões nacionais que presidiram à concepção das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1992.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Inclusivamente, foram cometidos alguns erros elementares de avaliação e assumidas algumas visões excessivamente miserabilistas do nosso futuro colectivo.

Ao invés do que aqui foi dito, a verdade deste Orçamento está bem patente na constatação de que o consumo público previsto para 1992 estagna praticamente em termos reais. E isto, enquanto as despesas de investimento público aumentam cerca de 20 %.

Quem pode, de boa fé, menosprezar este notável esforço de orientar as finanças públicas e a actividade do Estado, em geral, para o progresso e a modernidade?

Aplausos do PSD.

Controlar os gastos correntes com a acção governamental, aumentando ao máximo o impacte dessa acção no desenvolvimento nacional, é um esforço de consequências históricas dirigido à efectiva modernização do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como resulta claro das Grandes Opções do Plano para 1992, de que, aliás, o Orçamento é a normal expressão financeira, a aposta na qualidade é um vector decisivo da nossa estratégia de desenvolvimento.

Assim, a batalha da qualidade é, necessariamente, uma das etapas decisivas para a modernidade que queremos consolidar no nosso país. Trata-se de aproximar Portugal dos padrões mais elevados do espaço comunitário, melhorando significativamente o bem-estar das famílias portuguesas.

Mas a qualidade, Srs. Deputados, não se inventa, não se decreta, nem brota da terra como um fruto silvestre. A qualidade constrói-se e preserva-se.

Aplausos do PSD.

A mobilização efectiva da sociedade neste domínio passa pela actuação dinamizadora do Estado, dando o exemplo, fomentando a mudança de atitudes e criando um clima propício à alteração de mentalidades. É nesse sentido que estamos a trabalhar a todos os níveis da Administração Pública, que queremos, decididamente, voltada para ser uma verdadeira Administração dos cidadãos.

Colocar o Estado ao serviço do cidadão é o nosso objectivo. Não um objectivo formal ou de retórica, mas sobretudo uma aposta e um compromisso que queremos assumir e que queremos vencer.

Mas na nossa estratégia ocupam igualmente lugar de destaque a valorização dos recursos humanos e o reforço da solidariedade. Trata-se de factores essenciais da coesão social interna, objectivo sem o qual perde sentido a noção de desenvolvimento.

Como repetidamente temos afirmado, o Orçamento para 1992 é um Orçamento de rigor e não um Orçamento de austeridade.

Nas escolhas que fizemos sobressai a relevância que atribuímos aos vectores sociais da política do Governo, tal resulta claro da prioridade que atribuímos no ano em curso à educação, à saúde e à segurança social.

Propomo-nos prosseguir o desenvolvimento e a modernização do nosso sistema educativo nacional, consolidar a reforma em curso e reforçar as infra-estruturas materiais em todos os graus de ensino.

Num tempo de grandes mudanças, políticas, sociais, económicas e tecnológicas, todos concordamos, disso estou certo, que a qualidade da educação é um factor decisivo para o aperfeiçoamento da sociedade em que vivemos, ou seja, investir na educação é preparar o futuro.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Hoje, felizmente, o País tem a consciência de que, neste domínio, muito há a recuperar, mas que estamos, finalmente, no bom caminho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É tarefa de todos os portugueses contribuir para erguer uma escola bem gerida e com condições materiais adequadas, uma escola humanizada onde dê gosto aprender e onde seja motivador ensinar.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Tanta demagogia!

O Orador: — Queremos que a essa escola, qualquer que seja o grau de ensino, tenham acesso todos os portugueses, de acordo com a sua vocação, a sua capacidade intelectual e a sua motivação, porque temos a obrigação estrita de dar tradução prática e efectiva ao princípio da igualdade de oportunidades.

Aplausos do PSD.

Desejamos uma oferta educativa adaptada à realidade, com a escola aberta à vida e à complexidade social, atenta à evolução científica e tecnológica, vocacionada para servir os desafios que se colocam ao País.

A exigência da qualidade na prestação de cuidados de saúde é outra das nossas grandes prioridades. Queremos que todos os portugueses, qualquer que seja o seu nível de rendimentos e onde quer que residam, tenham acesso aos melhores cuidados de saúde possíveis.

A política de investimento que prosseguimos nos últimos anos permite-nos hoje dispor de um parque hospitalar renovado, cobrindo já grande parte do território nacional e equipado com meios tecnológicos bastante sofisticados.

Importa agora enfrentar o desafio de melhorar a qualidade dos cuidados de saúde, assumindo, para essa finalidade, alguns objectivos fundamentais.

Temos de ser capazes de motivar os profissionais de saúde para fazerem melhor, porque têm condições materiais para isso e porque são tão competentes como quaisquer outros; temos de ser capazes de fazer mais depressa, reduzindo as listas de espera sem fazer perigar a eficácia do sistema e a dignidade de cada doente;

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos de ser capazes de otimizar os serviços através de uma utilização mais racional dos meios disponíveis, gerindo com critério e evitando desperdícios; temos ainda de ser capazes de fazer mais na humanização dos serviços de saúde, porque é uma exigência básica da verdadeira qualidade;

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas entendemos que é indispensável um equilíbrio adequado entre a acção estatal e a responsabilidade individual. Também, na esfera da saúde, é errado pedir tudo ao Estado.

Aplausos do PSD.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas manda a honestidade que se reconheça que o Orçamento dedica a este sector, decisivo sem dúvida para o bem-estar dos Portugueses, um reforço deveras significativo.

No domínio da segurança social, continuamos empenhados em proporcionar a todos os portugueses as condições de dignidade que, neste caso, são a expressão mais forte da qualidade que perseguimos.

O significativo aumento das prestações sociais que ocorreu em Dezembro último, bem acima da inflação prevista, tal como tem sido prática constante nos anos anteriores, demonstra o nosso persistente empenhamento na dignificação dos mais idosos e dos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Estas três prioridades — saúde, educação e segurança social —, às quais posso acrescentar a acessibilidade, também ela uma aposta na coesão social interna, são bem o espelho da nossa grande preocupação em conciliar a redução da inflação com os grandes propósitos da filosofia social-democrata que inspira a política do Governo.

Aplausos do PSD.

É que importa sermos claros e falar claro.

O progresso económico é, para nós, decisivo mas instrumental. Ele é o único instrumento adequado e consistente para promover a justiça e concretizar a solidariedade social.

Deste objectivo não abdicaremos. Desta linha de actuação não nos desviaremos.

Porque o muito que tem sido feito não nos faz esquecer o muito que há ainda para fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A equidade da tributação presente no Orçamento de 1992 é, também, uma manifestação do objectivo geral de justiça social deste Governo.

A preocupação em ajustar os escalões do imposto sobre o rendimento das famílias à taxa prevista da inflação é um esforço que deve ser sublinhado face à desfavorável conjuntura internacional e ao compromisso de redução do défice orçamental. Estamos a cumprir o que prometemos.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Mais um imposto!

O Orador: — E permitam-me que abra aqui um parêntesis para também dar a minha definição na determinação da carga fiscal. O único conceito relevante de carga fiscal é o de incidência efectiva a que outros chamam de incidência económica. Isto é, a redução do rendimento real disponível das famílias. Não é a minha definição, mas é a de qualquer manual de finanças públicas.

Assim, para avaliar o agravamento ou a redução da carga fiscal, devemos proceder do seguinte modo: escolher uma família...

Protestos do PS e do PCP.

Vozes do PSD: — Então!... Oçam com atenção!

O Orador: — Penso que também tenho o direito de dar a minha opinião sobre a forma como se mede a carga fiscal!

Aplausos do PSD.

Como estava a dizer, devemos escolher uma família com um rendimento x em 1991 e determinar o seu rendimento depois dos impostos com o sistema fiscal vigente em 1991. Depois, escolher uma família...

O Sr. Armando Vara (PS): — Pode ser a mesma...

O Orador: — ... com o rendimento equivalente em termos de poder de compra em 1992, aplicar o sistema fiscal proposto e calcular o rendimento real disponível, depois da aplicação do sistema fiscal proposto.

Protestos do PS e do PCP.

Vozes do PSD: — Então?!... Oçam!...

O Orador: — Da comparação entre os dois rendimentos reais disponíveis em 1991 e em 1992 se pode aquilatar do agravamento ou do alívio da carga fiscal.

Assim, resulta claro que, se ajustarmos em 8 % os escalões de IRS e se a taxa de inflação for de 8 % ,...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Se,... se!...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E o directo?!

O Orador: — ... um contribuinte em 1992 pagará exactamente o mesmo montante de impostos em termos reais, que pagou outro contribuinte com um rendimento idêntico em 1991.

Protestos do PS e do PCP.

Se o Sr. Presidente da Assembleia da República me permitisse, abria uma grande excepção para que o Sr. Deputado se levantasse e me respondesse.

Aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Eu, Sr. Primeiro-Ministro?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, tem a palavra no tempo disponível do Governo.

O Orador: — Sr. Deputado, agradecia-lhe que fosse rápido.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Certamente!

Sr. Primeiro-Ministro, fiquei surpreso já que não sabia se estava a dirigir-se a mim ou a algum dos meus camaradas.

O Orador: — Foi o que reclamou mais!

Risos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Quando?!

Não agora. Por acaso, não agora, mas não interessa.

Porque quero ser muito rápido, direi apenas que, segundo bem ouvi, Sr. Primeiro-Ministro, falou apenas em termos do rendimento disponível. Por conseguinte, estava a referir-se, apenas, à dedução dos impostos directos, quando a grande problemática que aqui se levantou foi a relativa aos impostos indirectos, nomeadamente ao IVA. Esta é a primeira questão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Segunda questão. Por esse raciocínio, Sr. Primeiro-Ministro, que aliás já tinha sido exposto na Comissão de Economia, Finanças e Plano pelo Sr. Ministro das Finanças, chegaríamos, em última análise, a esta situação: desde que o Governo, o Estado, não diminuísse o rendimento real do ano anterior, isto é, se o Estado arrecadasse para si, através do fisco, todo o aumento do rendimento real dos Portugueses, ou de qualquer outro povo, nunca haveria aumento da carga fiscal. E isto é absolutamente absurdo!

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, pode prosseguir.

O Orador: — Sr. Presidente, permita-me que responda agora à observação que me foi feita. Retomarei depois o discurso.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, cometeu um erro!

Protestos do PCP e do PS.

Desculpem, eu não interrompi.

Não ignorei os impostos indirectos, mas falei em rendimento disponível real — e sublinhei a palavra real —, o que significa que todo o efeito sobre a incidência se faz pela via dos preços, como o Sr. Deputado pode encontrar em qualquer manual de finanças públicas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Em qual dos manuais?!

O Orador: — Em todos!

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP e do PS.

Continuando, diria que ninguém — e desafio qualquer economista português, qualquer um,...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — E estrangeiro?

O Orador: — ... ou estrangeiro,...

Risos do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes, do CDS e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

... porque a bibliografia que estou a seguir é de qualquer um.

Portanto, desafio qualquer economista português ou estrangeiro que consiga dizer que um indivíduo que tem em 1991 um rendimento disponível real de 1000 contos e que em 1992 fica exactamente com o mesmo rendimento disponível real sofre uma carga de impostos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Primeiro-Ministro?

Protestos do PSD.

O Orador: — Peço a vossa compreensão, mas queria terminar.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — Se o Sr. Presidente não descontinuar no meu tempo a sua interrupção, pode utilizar o tempo que quiser.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, quem está no uso da palavra é dono do tempo, e aproveito para lembrar o Sr. Primeiro-Ministro de que lhe restam apenas seis minutos e seis segundos.

O Orador: — Srs. Deputados, peço a vossa compreensão, pois tenho só seis minutos.

Mas o aspecto deste Orçamento que mais polémica tem gerado é a harmonização do imposto do valor acrescentado. Muito se disse — nem sempre com o acerto desejável —, mas, em toda a discussão, um critério esteve ausente das opiniões dos críticos do Governo: o interesse do País.

Uma medida estrutural da convergência da harmonização do IVA não pode ser analisada da forma ligeira e apressada como a oposição escolheu. O seu real alcance só se torna claro quando encarado nas implicações mais profundas sobre o sistema de mercado e o processo de desenvolvimento. Sublinhar os seus efeitos imediatos e pontuais só se pode entender como atitude enganadora e demagógica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Contrariamente a outras forças políticas, não temos por hábito adiar as medidas necessárias ao País quando confrontados com a sua dificuldade ou a sua impopularidade.

Aplausos do PSD.

Foi assim no passado em múltiplas situações, desde a introdução do IVA, a reforma da tributação directa até à abertura do processo de privatizações, e é assim hoje com a harmonização do IVA.

Que fique, mais uma vez, claro: não somos governo para evitar fazer o difícil e hipotecar o futuro do País a troco de vantagens conjunturais ou efémeras. Isso seria uma irresponsabilidade, que não está de acordo com a nossa postura na vida política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nunca virámos a cara às dificuldades. Nunca adiámos o que era necessário fazer. Aqui reside, certamente, um dos factores determinantes do ambiente de confiança mútua que existe entre nós e o eleitorado. Na concepção de interesse nacional que nos guia, cada medida tem a sua oportunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para a harmonização do IVA, o momento certo é claramente agora. País adiado não é connosco. Não seria compatível com a atitude honesta e rigorosa que o País espera de nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No centro do Orçamento para 1992 está o grande projecto nacional, que é a União Económica e Monetária, de onde emergem as exigências do Mercado Único e do percurso para a moeda única. Este é, pois, o Orçamento da opção nacional pela estabilidade financeira. Por isso, a decisão do voto de cada um de vós justifica uma cuidada ponderação.

Importa ser capaz de entender que o projecto europeu, para além das suas inegáveis dimensões históricas e mundiais, é também um projecto da vida concreta do dia-a-dia de cada português.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo não está a sacrificar, como alguns dizem, o quotidiano dos Portugueses a uma aposta externa e longínqua. É o interesse real e o bem próximo de cada um dos portugueses que está a ser servido na linha de um desenvolvimento sólido, global e sustentado.

As soluções adequadas para os problemas da Nação portuguesa nunca foram possíveis através de visões políticas imediatistas e de curto prazo, desfazadas numa estratégia de desenvolvimento e que falecem pela sua própria precariedade.

Para as nações, como para as pessoas, não há grandes causas que não impliquem a superação de dificuldades e só aquelas que são capazes de ultrapassar obstáculos difíceis podem alcançar vitoriosamente as metas históricas a que se propõem.

O meu governo e o grupo parlamentar que o apoia não fogem às dificuldades do percurso. Não nos têm faltado a coragem e a ousadia necessárias para fazer o que deve ser feito, de forma a que os Portugueses se afirmem plenamente como cidadãos europeus e ganhem o futuro. Sabemos que há ainda muito por fazer e não queremos deixar para amanhã o trabalho que devemos começar já hoje.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É este o grande propósito que nos anima e prosseguiremos sem hesitação nem desfalecimento. Temos pressa porque os Portugueses têm pressa.

Obrigado, Srs. Deputados, pela atenção que me prestaram.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, quero estender-lhe os cumprimentos que dirigi aos intervenientes de algumas bancadas, porque também foi rigoroso no tempo.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate das propostas de lei n.º 13/VI e 14/VI, que iremos votar de seguida.

Em todo o caso, antes de entrarmos na votação destes diplomas, quero lembrar à Câmara que o período das votações não será composto apenas por estes diplomas, mas também por uma série de diplomas, que serão enunciados na altura própria.

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 13/VI — Grandes Opções do Plano para 1992.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, votos contra do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes, do PSN e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 14/VI — Orçamento do Estado para 1992.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, votos contra do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes, do PSN e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Pagam e é bem feito!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder às restantes votações.

Em primeiro lugar, a votação na generalidade, especialidade e final global da proposta de lei n.º 15/VI — Autoriza o Governo a legislar em matéria fiscal no sentido de isentar de imposto municipal de sisa e de imposto do selo, algumas providências adoptadas no processo especial de recuperação de empresas reguladas pelo Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de Julho.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS e do PSN e abstenções do PCP e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

Srs. Deputados, devo lembrar-vos, mais uma vez, o Regimento, uma vez que alguns dos Srs. Deputados, a quem pedi para se levantarem, a fim de manifestarem o seu voto, continuaram displicentemente sentados. O Regimento refere que os Deputados votam de pé. Aliás, é uma homenagem que devem prestar ao povo, em nome do qual estão a votar.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PSN e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.

Srs. Deputados, vamos votar os requerimentos de avocação.

O primeiro é o de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, relativo às ratificações n.ºs 1/VI e 4/VI.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, do n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, relativo às ratificações n.ºs 2/VI e 6/VI.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos votar o último requerimento de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, relativo às ratificações n.ºs 2/VI e 6/VI.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, passemos às votações na especialidade. Começamos pela proposta de substituição dos n.ºs 1 e 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, relativa às ratificações n.ºs 1/VI e 4/VI.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

É a seguinte:

1 — Cada secretaria-geral, direcção-geral ou unidade orgânica equiparada deve proceder até 31 de Janeiro de 1992 à contratação do pessoal, de acordo com os princípios definidos no artigo anterior.

2 —

3 — Independentemente da existência de vagas na respectiva categoria, devem os serviços que possuam contratados em regime de contrato administrativo de provimento abrir concursos internos até 31 de Janeiro de 1992, considerando-se rescindidos os contratos do pessoal que não se candidate ou não obtenha aprovação.

Vamos votar a proposta de substituição do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, relativa às mesmas ratificações.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

É a seguinte:

2 — O contrato administrativo de provimento previsto nos números anteriores considera-se celebrado para a categoria de ingresso da carreira correspondente às funções actualmente desempenhadas, sem prejuízo das habilitações literárias legalmente exigidas.

Vamos passar à votação da proposta de eliminação do n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, relativa às mesmas ratificações.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, por último, vamos proceder à votação final global das alterações aprovadas ao Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor do PSD, votos contra do PS, do PCP e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda e abstenções do CDS e do PSN.

Vamos votar as alterações aprovadas ao Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor do PSD, do CDS e do PSN, votos contra do PS, do PCP e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

Finalmente, vamos proceder à votação das alterações aprovadas ao Decreto-Lei n.º 413/91, de 19 de Outubro.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor do PSD, do CDS e do PSN e abstenções do PS, do PCP e dos Deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Luís Fazenda.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Júlio Henriques.

O Sr. **Júlio Henriques (PS)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez o PSD promete e não cumpre.

O Sr. **Alberto Martins (PS)**: — Muito bem!

O **Orador**: — No debate na generalidade destas ratificações o PSD demonstrou abertura na procura de soluções para a grave situação de muitos trabalhadores, com vínculos precários, que com estes diplomas se vêm simplesmente despedidos.

Nada disto aconteceu no debate na especialidade. Aí, o Governo apenas aceitou corrigir os erros e omissões dos diplomas originais, recusando terminantemente a integração de trabalhadores com menos de três anos de vínculo precário, mesmo que estes tenham demonstrado competência e correspondam a necessidades permanentes de serviço.

O PSD recusou, praticamente, todas as propostas apresentadas pelo PS. Apenas no Decreto-Lei n.º 407/91 vimos votados favoravelmente o alargamento do período para o trabalho sazonal de três para quatro meses e o alargamento do prazo para regularização das situações.

Por isso votamos contra as alterações aos Decretos-Lei n.ºs 407 e 409/91.

No Decreto-Lei n.º 413/91 vimos aceite o alargamento às juntas de freguesia e recusada a extensão aos trabalhadores das assembleias distritais, razão por que nos abtemos na votação.

O PS não pode deixar de declarar que a situação de irredutibilidade do PSD e do Governo, apesar das numerosas declarações de repúdio dos autarcas, traduz, na

prática, mais um ataque ao poder local e demonstra incapacidade em dialogar com os autarcas e as suas estruturas representativas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. **Luís Sá (PCP)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No debate na generalidade, da ratificação dos Decretos-Leis n.ºs 407/91, 409/91 e 413/91 desenharam-se perspectivas de abertura e de alterações na especialidade capazes de satisfazer os interesses dos trabalhadores da função pública e das autarquias e de fazer face às legítimas inquietações do poder local e dignificar o instituto da ratificação.

As alterações introduzidas na especialidade foram, porém, claramente insuficientes e ficaram aquém das propostas do Grupo Parlamentar do PCP e das questões que foram colocadas pelos principais interessados a esta Assembleia e que estiveram na base das lutas dos trabalhadores.

O Decreto-Lei n.º 413/91 alarga agora o âmbito de aplicação às juntas de freguesia, o que saudamos e foi um dos objectivos que propusemos e por que lutámos, mas deixa de fora as assembleias distritais, não previne a manutenção dos actuais vencimentos em caso de descida de categoria e não alarga a sua aplicação aos trabalhadores vinculados além do quadro.

São insuficientes porque não resolvem a situação dos contratados a termo certo para além de um ano, deixando abertas as portas do despedimento (ou já despedidos) a muitos trabalhadores em algumas situações.

São insuficientes, ainda, porque não basta adiar o prazo de aplicação do montante mínimo das despesas com pessoal das autarquias para 30 de Junho de 1993. A ameaça mantém-se, tal como se mantém a concepção de que há-de ser o Governo a impor os seus critérios de gestão às autarquias e não os órgãos que foram eleitos pelas populações a optarem por critérios que bem entendem e consideram preferíveis. O Governo talvez possa esclarecer um dia com que coerência obriga as autarquias a conter despesas e a despedir pessoal até meados de 1993 e, ao mesmo tempo, fala em transferir «cachos coerentes de competências para as autarquias» em 1992, incluindo professores e todo o pessoal do ensino básico, como anunciou o Ministro do Plano e da Administração do Território numa comissão e nesta Casa.

Ao requerermos a ratificação destes decretos pensamos nos trabalhadores da função pública, no poder local, na Administração Pública. Pensamos também em dignificar o instituto da ratificação e com ele a Assembleia da República. Não se perdeu tudo. Mas perdeu-se uma oportunidade importante de ir mais longe e obter outros efeitos.

Pela nossa parte fizemos o que estava ao nosso alcance. Os outros, a maioria, assumirão as suas responsabilidades.

Aplausos do PCP e do Deputado independente João Corregedor da Fonseca.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Puig.

O Sr. **José Puig (PSD)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os diplomas com a sua forma final hoje encontrada, após os presentes processos legislativos, são e revestem-

se de um pleno equilíbrio. De facto, após um aprofundado estudo, que aliás se desenrolava a nível do Governo, independentemente dos processos de ratificação aqui apresentados, e no âmbito do qual as entidades envolvidas se pronunciaram, várias das suas mais relevantes propostas foram incluídas nos diplomas finais que hoje encontrámos.

A prova do diálogo encetado pode encontrar-se no facto de ainda hoje terem sido votadas, por unanimidade, diversas propostas de substituição. Efectivamente, as mais relevantes propostas que ao nível das várias classes sócio-profissionais envolvidas neste processo foram apresentadas estão contidas nos diplomas. Devo frisar que ainda hoje votámos aquela que retira a imperatividade de a contratação ser feita no escalão 1 de cada uma dessas categorias.

De qualquer modo, não podíamos era, accitando as diversas propostas (como é óbvio) apresentadas pelos vários grupos parlamentares, subverter por completo a filosofia subjacente aos diplomas.

Como eu próprio tinha dito na intervenção na generalidade, concluindo essa mesma intervenção: «na certeza, porém, de que dos nossos princípios essenciais, subjacentes ao modelo de sociedade que defendemos, não podemos naturalmente abdicar». Dentro deste espírito, penso que conseguimos diplomas equilibrados que bem vão servir todas as classes e o funcionamento das instituições.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, obrigado pelas vossas intervenções.

Para a semana, como sabem, a Assembleia trabalhará, e intensamente, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, debatendo na especialidade as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992.

O Plenário voltará a reunir na segunda-feira, dia 24, pelas 10 horas, para discutir e votar na especialidade as duas propostas de lei que hoje foram aprovadas na generalidade.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Poppe Lopes Cardoso.

João António Gomes Proença.

José Gameiro dos Santos.

José Rebelo dos Reis Lamego.

Luís Filipe Madeira.

Manuel Alegre Melo Duarte.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 132\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.